

PROBLEMAS AMBIENTAIS E SAÚDE COLETIVA

Aline Silva Jerônimo¹
Cássia Menaia França Carvalho²
João Marcos Guedes Amorim³
Paulo Roberto Ramos*
Lúcia Marisy Souza Ribeiro**

Resumo: *Este artigo norteia uma reflexão sobre a relação saúde, problemas e riscos ambientais no contexto de Saúde Coletiva. Os problemas da degradação socioambiental sempre estiveram presentes nos discursos e práticas sanitárias, onde a saúde coletiva ocupa um papel significativo no campo dos problemas ambientais. A partir da abrangência e complexidade dessas questões enquanto problemas de saúde pública aproxima-se a idéia de implementação de políticas públicas, a partir de uma análise e uma visão crítica sobre o tema. A análise de como a degradação socioambiental afeta a saúde das populações que convivem com riscos na ordenação de suas vidas cotidianas, propõe, assim, o entendimento das complexas relações entre os padrões de saúde e o comprometimento dos fatores sociais e ambientais de seu entorno. Nesse sentido, a superação desses problemas sociais parte de elementos fundamentais, que não podem ser desconsiderados, para a melhoria da qualidade de vida e a superação dos riscos vividos, sobretudo pelas populações carentes, na gestão de suas vidas cotidianas.*

Palavras-chave: Degradação Socioambiental; Políticas públicas; Saúde coletiva.

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos as questões ambientais, principalmente aquelas relacionadas à saúde, foram uma preocupação quase que exclusiva de instituições voltadas ao saneamento básico (água, esgoto, lixo, etc.). Essas preocupações estiveram dentro de propostas governamentais e também vinculadas a diversos espaços dentro do aparelho de Estado, tais como secretarias estaduais e municipais, além de algumas universidades. Desde antigamente tem-se a idéia do ambiente como elemento importante para o campo da saúde, porém sua caracterização em termos técnico-científicos tem sido suficientemente vaga e imprecisa para admitir variadas formas e concepções na elaboração de sua possível relação com a saúde propriamente dita (TAMBELLINI & CÂMARA, 1998).

No final da década de 70 e durante toda a década de 80 ficou explícito o elo existente entre estas questões ambientais e o sistema de saúde, abrindo o caminho para a incorporação de uma Saúde Ambiental moderna no setor (CÂMARA & GALVÃO, 1995).

¹ E.mail: alinesjeronimo@gmail.com. Universidade Federal do Vale do São Francisco. Pesquisadora de Iniciação Científica da UNIVASF. Bolsista pelo CNPq/UNIVASF. Aluna do COENF.

² Email: cassia.carvalho@univasf.edu.br. Universidade Federal do Vale do São Francisco Pesquisadora de Iniciação Científica (PIVIC) da UNIVASF. Aluna do COENF.

³ Email: jon1244@hotmail.com.br. Universidade Federal do Vale do São Francisco. Pesquisador de Iniciação Científica (PIVIC) da UNIVASF.

* Professor Adjunto da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Doutor em Sociologia e pesquisador dos temas Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

** Professora Adjunta da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Doutora em Desenvolvimento Socioambiental e pesquisadora dos temas Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

O papel da Epidemiologia foi decisivo na elaboração de questões que abriram espaço para a incorporação da relação Ambiente-Saúde no campo da Saúde Coletiva, mostrando uma relação entre o ambiente e o padrão de saúde de uma população e definindo um campo de conhecimento referido como “Saúde Ambiental” ou “Saúde e Ambiente” (TAMBELLINI & CÂMARA, 1998).

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL

O uso e a disseminação de diversos termos como: ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, degradação ambiental, preservação do meio ambiente, etc., aplicados para identificação de problemas e soluções tanto teóricas quanto práticas, foram gerados a partir da percepção dos problemas ambientais, principalmente em meados de 1970, quando manifestações ecológicas relativas aos impactos das ações humanas sobre a natureza e sua interface com aspectos econômicos e sociais se tornaram mais frequentes, principalmente em âmbito internacional (LIMA & RONCAGLIO, 2001), mobilizando a atenção da opinião pública global quanto aos problemas associados à degradação socioambiental.

A preocupação com os efeitos na saúde provocados pelas condições ambientais é evidente desde a antiguidade. Em meados dos séculos XVIII e XIX esses problemas sobre as condições de vida e saúde da população se acentuaram, pois estiveram associados aos efeitos do processo de industrialização e urbanização (FREITAS, 2003). Esses séculos foram fundamentais para se compreender o início do processo de destruição dos ecossistemas, assim como a apropriação dos vastos recursos naturais do território brasileiro, o que colaborou para o agravamento do quadro sanitário do país nos séculos seguintes (MINAYO & MIRANDA, 2003).

Segundo Freitas (2003), essa incorporação ampla e efetiva da temática ambiental na saúde coletiva foi impulsionada diretamente com a Conferência do Rio em 1992 e a publicação da Agenda 21. Com isso, houve um surgimento de uma Nova Saúde Pública que instigou a mudanças, onde o foco das práticas voltadas para os aspectos biomédicos é direcionado a dimensões ambientais da saúde. Esse período foi caracterizado também pelo crescimento dos movimentos ecológicos (ONGs e outras formas organizadas de luta da sociedade civil pela preservação do ambiente e da saúde), que passaram a ganhar mais espaço na mídia (TAMBELLINI & CÂMARA, 1998).

A questão ambiental nasceu, assim, marcada pelo signo das ciências naturais. Coisas, fenômenos e processos naturais eram concebidos como tendo existência e funcionamento independentes dos homens. Os problemas ambientais eram, portanto, objeto central de estudo das chamadas ciências naturais, particularmente da Ecologia e de diversos ramos da Engenharia. O enfrentamento da dificuldade das ciências sociais para incorporar questões da natureza como elementos centrais de suas análises foi retardado pela despreocupação com o assunto, diante de temas clássicos como estrutura social, classes, organização política, Estado, etc., que excluíam parcial, ou integralmente, as variáveis naturais de seus corpos teóricos (FLORIT, 1998; LARRERE & LARRERE, 1999).

A noção dos problemas ambientais se encontra também em consonância com o plano da saúde coletiva, não permitindo, somente, uma maior incorporação das ciências sociais para sua compreensão. Essa noção permite considerar que no projeto da saúde coletiva o ambiente surge como uma conquista social e um direito universal associado à qualidade e à proteção da vida. Nesta perspectiva, a compreensão dos problemas ambientais que são simultaneamente problemas de saúde, pois não estão dissociados da vida social humana, deverá estar ao serviço do sentido social, político e de direito universal, incluindo, assim, a equidade (FREITAS, 2003).

RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

O termo risco, assim como a questão ambiental, segue também uma longa tradição de uso nas chamadas ciências naturais, particularmente na Toxicologia, na Epidemiologia e na Biologia, que tiveram o pioneirismo de caracterizar este fenômeno como a possibilidade de desarranjo, desagregação e ruptura de uma dada ordem natural particular (como uma doença no organismo) ou geral (como uma catástrofe no meio ambiente). Os riscos logo se tornam objetos de estudo das engenharias, que adotam critérios e métodos eminentemente tecnicistas e deterministas, de tal forma que os riscos passam a ser caracterizados enquanto fenômenos físicos, externos aos indivíduos e ao meio social, mensuráveis e controláveis, capazes de serem estimados e plenamente conhecidos (GUIVANT, 1998).

A partir da década de 40 do século passado começou um fluxo migratório contínuo², que levou aproximadamente 80 por cento da população brasileira habitar os centros urbanos (Censo IBGE, 2000), muitas vezes de maneira a degradar o meio em que vive e contribuir com o aumento dos riscos socioambientais e com os problemas de saúde (MENDES, 1993). Esses problemas socioambientais no Brasil decorrem da chamada “inchação” das cidades e se reproduzem como uma cultura de desenvolvimento em toda sociedade. A rapidez com que vem se dando a urbanização faz com que ocorra um aumento desordenado de aglomerados urbanos, com infra-estrutura física, habitações e serviços vulneráveis, fazendo com que esses locais condicionem os maiores riscos para a população (RAMALHO, 1996).

Todos os problemas ambientais conhecidos são decorrências, diretas e indiretas, dos impactos da ação social. Entretanto, talvez o fator mais significativo neste caso seja realmente a não visibilidade do problema, pois até a metade do século passado as questões ambientais de dimensão planetária não configuravam um elemento importante para o estudo científico, nem para as ciências naturais, nem para as sociais (BUARQUE, 1990).

Embora todo esse destaque tenha sido dado à questão ambiental no Brasil, percebe-se que no decorrer dos anos os efeitos adversos da degradação ambiental vinham sendo tratados em segundo plano. O Estado exercia seu papel de uma forma vaga e contraditória, o que resultou em acumulação de vulnerabilidades, atingindo, principalmente, as populações carentes (RAMALHO, 1996).

COMPROMETIMENTO DO MEIO AMBIENTE

A fragilidade do meio ambiente urbano e suas conseqüências para a saúde das populações se manifestam de acordo com contextos locais e apresentam uma configuração própria, onde tais populações costumam dar significados diferenciados e singulares aos problemas enfrentados no dia-a-dia (RAMOS, 2002; BOURDIEU; 1996). Essa relação entre o comprometimento do ambiente em que vivem e o aumento dos riscos socioambientais, tem afetado de maneira diferenciada, sobretudo, a saúde das populações (LEAL, 1999).

² Os fluxos migratórios no Brasil descrevem movimentos diferenciados de maior ou menor intensidade de deslocamentos que seguem certos padrões, como a saída de áreas rurais para as áreas urbanas, dos pequenos municípios para as grandes cidades, do Nordeste para o Sudeste, etc., como tendências que algumas vezes são subvertidas (VEIGA, 1993; VELHO, 1989).

O entendimento da crise ambiental exprime o esgotamento de determinada modificação social e também da presença humana na biosfera, assim a opinião pública passa a aceitar o problema com uma visibilidade do mesmo (VIEIRA, 1998).

A idéia de preservação da qualidade ambiental é formada a partir da percepção do meio ambiente enquanto potencial desconhecido ou pouco explorado de recursos que satisfazem as necessidades básicas (VIEIRA, 1998).

Apontam-se ainda problemas decorrentes de um crescimento industrial e econômico contínuo e permanente, mas fundado em bases de recursos finitos e limitados. A idéia amplamente difundida de que a felicidade, medida pelo nível de consumo de uma sociedade, pode e deve ser perseguida por toda sociedade humana, constitui uma falácia, pois os recursos naturais (tais como minérios, a biodiversidade, a água e o ar, elementos indispensáveis à manutenção da vida no planeta) são insuficientes se o padrão de consumo dos países centrais fosse praticado por todo o mundo (MORIN, 1997).

A INCORPORAÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS E SUA INTERFACE COM A SAÚDE

A cada dia se fortalece a perspectiva que aponta para o entendimento da problemática socioambiental como um fenômeno dinâmico, que para ser conhecido e enfrentado, precisamos levar em conta não somente fatores técnicos, mas também fatores sociais e culturais das populações envolvidas (ROMEIRO, 1999; REIGOTA, 1999).

Os problemas decorrentes do comprometimento das condições de vida e habitação são elementos definidores do perfil das populações que enfrentam problemas dos riscos da degradação socioambiental, os quais ainda necessitam ser mais bem conhecidos e estudados.

Os investimentos em tratamentos de “saúde curativa” têm sido insuficientes para enfrentar os problemas das doenças infecto-contagiosas no Brasil (PAIM & ALMEIDA FILHO, 1998), porque estas têm relações com as condições de habitação, saneamento e do meio ambiente, mas também com o acesso das populações à informação sobre higiene, seus hábitos alimentares, nível de escolaridade, etc.; ou seja, dependem de como estas populações percebem e enfrentam os riscos socioambientais aos quais estão expostas, por isso corresponde à chamada “saúde preventiva” (PETERSEN & LUPTON, 1996).

A saúde é também o produto final de uma série de circunstâncias, tais como vulnerabilidade, risco, exclusão, fragilidade e de outros fatores conjunturais, estruturais, biológicos e psicológicos que vão determinar a boa ou má condição de vida da população (SAMAJA, 2000 E MINAYO, 2002).

Nessa perspectiva, a ausência de políticas públicas faz com que ocorra um aumento das calamidades no país. Habitações são construídas à revelia em áreas marginais, gerando um ambiente de degeneração humana. Com todos esses problemas, o que se tem verificado é o fenômeno da degradação ambiental e vulnerabilidade social, afetando, assim, a relação homem-natureza, aprofundando ainda mais as crises, tornando provável a persistência e o agravamento dos desastres urbanos (RAMALHO, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro deste contexto e preocupação, e ainda com base nos confrontamentos e controvérsias das teorias que abordam esta temática, assim como na perspectiva de entendimento

da problemática socioambiental, foi possível identificar que a relação entre o comprometimento do meio ambiente e o aumento dos riscos socioambientais tem afetado de maneira diferenciada a saúde de grupos e comunidades que, a partir de práticas de degradação, passam a conviver com os riscos socialmente construídos, tendo como consequência um comprometimento da qualidade de vida, culminando, posteriormente, na incapacidade de enfrentamento dos riscos socioambientais, os quais costumam estar ligados aos problemas de saúde dos indivíduos, principalmente através do desenvolvimento de doenças infecto-contagiosas. Esses problemas decorrentes do comprometimento e dessa vulnerabilidade social local das condições de vida emergem como elementos definidores do perfil das populações que enfrentam os riscos dessa crise socioambiental, tornando-se emergente a implementação de políticas públicas eficazes que visem à superação dos problemas socioambientais, englobando, também, a participação de estratégias de intervenção, adaptadas a contextos socioculturais e ambientais específicos.

Assim, a superação dos problemas sociais de infra-estrutura físico-sanitárias, bem como, a efetividade e eficiência das políticas de saúde implantadas, a organização desses serviços e a integração e participação das populações afetadas na promoção das políticas públicas, são elementos fundamentais, que não podem ser desconsiderados, para a melhoria da qualidade de vida e a superação dos riscos vividos, sobretudo pelas populações carentes, na gestão de suas vidas cotidianas.

Os avanços que virão a contextualizar as causas da questão ambiental envolvem a mudança de mentalidades, valores e atitudes, além de ser um processo científico e politicamente organizado para integrar ações participativas.

Contudo, a resolução dos problemas ambientais envolve toda uma dimensão política, econômica e cultural e é através desses processos que as ciências sociais desempenham seu importante papel.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. A economia das trocas lingüísticas. São Paulo: Edusp, 1996.

BUARQUE, C. "O valor da natureza". In: A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.

CÂMARA V. de M. & GALVÃO L.A.C. A patologia do trabalho numa perspectiva ambiental. In: R. Mendes (ed.) – *A Patologia do Trabalho*. Editora Atheneu, São Paulo, 1995.

FLORIT, L. F. "Teoria Social e Relação Sociedade/Natureza a partir da Obra de Anthony Giddens". In: Teoria Social: Desafios de uma Nova Era. Cadernos de Sociologia, Vol. 10, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

FREITAS, C. M. Problemas Ambientais, Saúde Coletiva e Ciências Sociais. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 8, n. 1. Rio de Janeiro, 2003.

GUIVANT, J. S. "A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social". In: BIB/ANPOCS. Nº 46. São Paulo: Relumé-Dumará, 1998.

LARRERE; C. & LARRERE, R. Do bom uso da natureza. Para uma filosofia do meio ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

LEAL, M.C. (org.). Saúde, ambiente e desenvolvimento – uma análise interdisciplinar. Editora Hucitec-Abrasco, São Paulo, 1999.

LIMA, M. D.V.; RONCAGLIO, C. Degradação Socioambiental Urbana, Políticas Públicas e Cidadania. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.3, p. 53-63, jan/jun 2001. Editora da UFPR.

MENDES, E.V. Distrito sanitário: O processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. Editora Hucitec/Abrasco: São Paulo, 1993.

MINAYO, M. C.; MIRANDA, A. C. de. Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002, 344p. In: *Ciência e Saúde Coletiva*, 8 (4): 1086-1088, 2003.

_____. *Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.

MORIN, Edgard. "Por um Pensamento Ecologizado". In: *Faces do Trópico Úmido: Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém: Cejup/UFPA/NAEA, 1997.

PAIM, J.S. & ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas? *Revista de Saúde Pública* 32(4):299-316, 1998.

PETERSEN A. & LUPTON D. The new public health – health and self in the age of risk. Londres: Sage Publications, 1996.

RAMALHO, D. de S.. Vulnerabilidade e Riscos em Comunidades Urbano Marginais. Campina Grande: UFPB/UNCAL/IDRC, 1996.

RAMOS, P. R. Percepções dos riscos ambientais: do discurso midiático à vida cotidiana de populações de Campina Grande/PB. Dissertação de Mestrado. PPGS/UFPB, 2002.

REIGOTA, M. (Org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

ROMEIRO, A. *et al.* Economia do meio ambiente: teoria, políticas e gestão de espaços regionais. Campinas: Unicamp/Embrapa, 1999.

SAMAJA, J. *A Reprodução Social e a Saúde: elementos teóricos e metodológicos sobre a questão das "relações" entre saúde e condições de vida*. Salvador, Ba: Casa da Qualidade, 2000.

TAMBELLINI, A. T. & CÂMARA, V. M. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 3 (2):47-59, 1998.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais. 2.ed. – São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.